

Citi e Chase elevam...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

impacto bem menor, hoje, do que teria três ou quatro anos atrás. Isso porque, desde 1983, o governo brasileiro renegociou uma parcela significativa do principal da dívida com base na interbancária de Londres, a Libor. E esta taxa tem aumentado. Em agosto do ano passado, quando os bancos fizeram seu último corte da "prime", a Libor de três meses estava em 5,88% e a de seis meses a 5,94%. Hoje, estão ambas em 6,56%.

O impacto da decisão do Citi e do Chase é diminuído, também, pelo fato de a explosão de novos instrumentos financeiros no mercado terem tornado a "prime" uma taxa de referência bem menos importante do que era no início da década.

Mas, politicamente, o aumento da taxa de juro pelo bancos americanos poderá tornar-se um formidável complicador adicional nas negociações do Brasil com os bancos. "É uma medida que convida ao endurecimento por parte dos países endividados. Se as coisas já

estavam difíceis com a taxa de juros em queda, ficaram perto do impossível com os juros em alta", afirmou um executivo de um banco brasileiro em Nova York, já apreensivo com o que poderá ocorrer, a partir de hoje, com os US\$ 15 bilhões das linhas de crédito de curto prazo. A meia-noite de ontem expirou, sem ser renovado, o acordo formal que, desde 1983, regia a renovação desses créditos.

Bancos regionais ouvidos ontem por este jornal em New Jersey, no Texas, no Missouri e em Illinois indicaram que deverão manter seus créditos de curto prazo ao Brasil, na esperança de que o governo e o conjunto dos bancos negociem um acordo. "Seria um absurdo cortar as linhas neste momento, pois só tornaria as coisas pior", afirmou um executivo de um banco em Saint Louis, Missouri.

"Acho que você vai ter que gastar muito dinheiro de telefone para encontrar um banco que lhe diga que vai suspender as linhas e provavelmente não encontrará nenhum", afirmou um porta-voz do mesmo banco.

Executivos de grandes bancos haviam indicado a este jornal que manteriam seus empréstimos de curto prazo ao Brasil, atendendo ao pedido que lhes foi feito na semana passada pelo Banco Central (BC), mas alertaram para a possibilidade de bancos menores não seguirem seu exemplo.

Um ex-alto funcionário da área monetária do governo brasileiro, que teve até recentemente importantes responsabilidades na questão da dívida, disse a este jornal que o BC está preparado para intervir e sustentar qualquer agência de banco brasileiro no exterior que seja colocada numa posição difícil de liquidez por saques nas linhas. Ao contrário do que ocorreu em 1983, desta vez as agências dos bancos brasileiros não contam com a rede de salvação montada pelos grandes bancos para sustentar as agências do Banco do Brasil e de outras instituições, caso elas enfrentem dificuldades. Mas pelas informações disponíveis ontem, contudo, o "day after" do fim do acordo sobre as linhas de curto prazo não parecia prometer lances dramáticos.

Para os credores, mais importante que o 31 de março serão os resultados das conversas que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, terá a partir deste fim de semana, em Washington, com seus colegas dos países industrializados.